



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL - SMDS
CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – CMDCA

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA

Nº. 028/2024

(Plenária Presencial)

Aos onze dias do mês de setembro de dois mil e vinte quatro, às quatorze horas, reuniram-se para Assembleia Ordinária, nas dependências da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social – SMDS, Av. João Pessoa, 1105 – Azenha – Porto Alegre, sob a coordenação da Presidente **CAROLINA AGUIRRE DA SILVA**, e na presença dos:

CONSELHEIROS DA SOCIEDADE CIVIL:

Carolina Aguirre da Silva, **Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente do CMDCA**; Carolina Fraga, **Associação Cristã de Moços do RS – ACM**; Eduarda Roos Enes, **Casa do Menino Jesus de Praga**; Rosana Fernandes Nunes, **Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Porto Alegre, Apae/Porto Alegre**; Lisete Aparecida da Silva Felipe, **Associação de Apoio ao Fórum Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente**; Frei Luciano Elias Bruxel, **Instituto Cultural São Francisco de Assis – CPCA**; Priscila Balestrin, **Parceiros Voluntários**; Carolina Fraga, **Associação Cristã de Moços – ACM**; Luciane Escouto, **Instituto Leonardo Murialdo**; Carina de Lima Ferreira, **Associação Beneficente Amurt-Amurtel**; Francyne Rosa, **CEA**; e Ivana Frois, **Comunidade Evangélica de Porto Alegre – Cepa**.

CONSELHEIROS DO GOVERNO:

Paulo Meira, **Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social – SMDS**; Adriana Paz, **Secretaria Municipal de Educação - SMED**; Sônia Silvestrin, **Secretaria Municipal de Saúde – SMS**; e Aline Borges, **Secretaria Municipal de Esporte, Lazer e Juventude – Smelj**.

DEMAIS PRESENTES:

Luciana Tietbohl, **Administrativo SMDS**; e Patrícia Costa, **Taquígrafa – TG Taquigrafia**.

PAUTA:

1. Abertura;

2. Comissões: Comissão Executiva, Comissão de Registros, Comissão de Políticas e Comissão de Finanças;

3. Informes.

31 Após a conferência de *quorum* foram abertos os trabalhos:

32 **1. ABERTURA;**

33 **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz –**
34 **Caimc (Topogigio) – Presidente do CMDCA:** Boa tarde. Acho que a plenária hoje vai ser
35 rápida, porque nós temos poucas coisas. E também, como a gente fez visita pela manhã, já
36 para a Resolução 87, da questão das enchentes, a gente não fez executiva, daí não vai ter.
37 Então, acho que um dos assuntos é de que a gente começou as visitas hoje, vamos fazer visitas
38 amanhã e na sexta-feira. Entraram 17 processos, se eu não me engano, acho que são 17. Ah,
39 alguns processos ainda estão fazendo complementação de documentação, que a gente
40 prorrogou, né, por mais uma semana. E nas visitas hoje de manhã foram tranquilas, assim, deu
41 para ver, né, só, a gente não ia fazer um relatório, né? Ah, deu para ver de que, realmente, as
42 instituições ainda precisam de recurso, ainda estão se reorganizando, estão atendendo na
43 medida do possível, e ainda tem sinal de muito estrago, né? Então, assim, são muito corajosos,
44 vamos dizer assim, porque a destruição foi muito além do que a gente pode estar imaginando
45 ainda, tá? Então, nós solicitamos para algumas instituições alguma coisinha de organização de
46 especificar melhor o que era que estava querendo dizer aquele serviço ali, ah, quando o
47 pedreiro é um alto valor, do RT, ou então, ah, também especificar o que quem é que vai fazer
48 o pedreiro, especificar, porque tanto valor numa única rubrica, né, vamos dizer assim. Então,
49 algumas questões assim mais tranquilas, e não influenciaram tanto no, na, na, na, no, na visita.
50 E eu acredito que não vai influenciar também no restante do processo. Ah, e aí na semana que
51 vem a gente traz, então, para a plenária para poder analisar. Amanhã, nós teremos uma reunião
52 com o Procurador-Geral, pela manhã, para o fórum e o CMDCA, para poder levar os assuntos
53 em que nós estamos tendo problemas ainda em relações às interpretações da 19.775. E aí a
54 gente poder ver se a gente consegue fazer essa articulação um pouco mais tranquila. Também
55 no dia 5/9, nós tivemos uma reunião com o secretário César Schirmer, onde foi o COMUI,
56 CMDCA e também um fórum, ah, onde a gente trouxe a, as questões também, essas mesmas
57 questões. E conversamos com o secretário César Schirmer sobre a proposta de decreto em que
58 nós entregamos para a Prefeitura, tá? Então, ah, estamos nessa função ainda, nessa caminhada.
59 Acreditamos em que pode avançar e vamos lá, né? Ah. Que mais? Estamos articulando
60 também, ah, junto com a OACT, uma capacitação para final de outubro, para os conselheiros
61 tutelares, tá? Então, a princípio, nós estamos organizando para, ah, o dia 29, se eu não me
62 engano, acho que é a data, né, Paulo? E, e aí, a gente está trazendo alguns assuntos em que os

63 conselheiros pediram, como ficar em 4.0, como o sistema garantia de direitos e alguns outros
64 assuntos em que a gente tá organizando. Aí vai ser o dia inteiro. E, aí acho que é algo que
65 também é importante a gente estar trabalhando. Ah, também essa semana fiz uma entrevista
66 para a Rádio Gaúcha, a entrevista era sobre os Conselhos Tutelares. Então, uma das perguntas
67 foi também sobre a questão da formação, foi também sobre a questão do SIAS, né, que a
68 micro um e a micro dois perdeu toda a documentação das crianças pela enchente, porque não
69 estavam digitalizados, não estavam no SIAS, e queriam saber também as estruturas dos demais
70 locais, ah, do Conselho Tutelar. Então, eu fiz um apanhado geral do que era. E, ah, acho que
71 como uma das questões que a gente ficou de fazer um encaminhamento é o processo que nós
72 abrimos aqui em relação ao Conselho Tutelar, e aí a gente vai ter que fazer este
73 encaminhamento. Eu acho que o encaminhamento a gente vai ter que organizar aqueles Seis
74 com as demandas de cada micro, para fazer um parecer, para poder encaminhar ao secretário
75 Brasil e ao prefeito, e ao Ministério Público, para ver as estruturas, porque eles trouxeram
76 novamente que tem estruturas bem complicadas, tá? Também fui em quanto instituição lá na
77 micro quatro essa semana, dos Conselhos Tutelares. E vi que estava com a grama cortada, tá,
78 gente? E aí estava a estrutura bem complicada ainda em questão de organização de espaço.
79 Realmente, tem material lá que tem que ser recolhido, material que tinha que ser recolhido,
80 material de obra também na rua, que tinha que ser retirado. Ah, tem uma sala que é tipo um,
81 como eu brinco, que é um entulho, né? Em que uma pessoa, não sei qual o cargo, né, entra ali
82 e arruma. Só que tem que organizar, tem que até delimitar, isso tem que ir fora, este brinquedo
83 tá quebrado, essa caixa de arquivo tem que ser trocada, algumas coisas assim mais até, ah,
84 chegar e fazer. Acho que tem algumas coisas assim também. E os arquivos de pasta das
85 crianças atendidas estavam bem na recepção, né? Isso eu acho que ainda tem que ser
86 melhorado lá também. Eu fui na micro quatro, daí eu acho que é uma questão também que a
87 gente vai ter que começar a fazer visita nas outras micros também, para a gente poder ter essa
88 realidade e aproveitar para a gente também fazer mais um pouquinho o nosso papel, tá? **Frei**
89 **Luciano Elias Bruxel, Instituto Cultural São Francisco de Assis – CPCA:** Eu poderia uma
90 consideração sobre os Conselhos, eu acho que, eu não sei quando vou participar de novo daqui
91 da plenária. Ah, que, ah, a justificativa da estrutura para mim, ela é um fator do atendimento
92 não o mais importante. É o vínculo que o Conselho Tutelar tem que ter com a comunidade, tá?
93 Se da estrutura assim, precisa dar para fazer um registro, que é para documentação, para
94 demanda do Ministério Público, para rede escolar, para rede de saúde. Mas não dá para a

95 gente se esconder atrás dos limites estruturais. Eu sei que para o Conselho aqui a tarefa nossa,
96 aqui o nosso representante, cobrar essa estrutura, ter a estrutura adequada, sim, acho que deve
97 ser. Passamos agora. Ah, eu acho que hoje o Conselho Tutelar tá muito visado por tudo que
98 tem acontecido de falta de uma compreensão talvez mais profunda, está falando da
99 capacitação, mas em tese, quem se habilitou deveria estar minimamente capacitado que teve
100 um processo seletivo. Hoje se tu olhar no estatuto ali, e buscar, tem muito encaminhamento
101 que pode servir como base para dar. O que nós precisamos é uma efetiva atuação junto das
102 comunidades, que até os critérios do processo seletivo, ser alguém da comunidade que
103 conheça, que conheça a rede, para poder fazer os encaminhamentos. Eu, na audiência pública
104 do ano passado, que teve lá, foi no início do ano agora aqui no Ministério Público, eu coloquei
105 os equívocos do acolhimento institucional, mas significa uma série de demandas de serviços
106 que passa de medidas que o Conselho tem a tarefa de aplicar junto às comunidades, tá? Eu,
107 hoje nós só temos escutado nas reuniões nossas, até naquela reunião que eu participei junto
108 com a executiva, a altura a minha internet caiu que eu perdi um pedaço, mas era só questão
109 estrutural. Não se falou dos outros problemas da qualidade do, do atendimento, do
110 acompanhamento da relação com a rede, e daí tem que ser intensificado também. Só para
111 registro. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz**
112 **– Caimc (Topogigio) – Presidente:** É, eu concordo. Concordo. Que eu acho que a gente tem
113 que fazer, isso também foi trazido na, na reportagem da Rádio Gaúcha, ah, tanto a questão da
114 formação, porque, interessante, mas a repórter ela não tinha noção de que tinha uma prova.
115 Ela achou que fosse somente a parte documental para a eleição do Conselho Tutelar. E aí eu
116 disse: "Não, tem uma prova". Daí, exatamente, aí eu entrei no edital, e ainda bem que tinha o
117 edital no site, porque eu não tinha lembrança de tudo que estava lá no edital, e aí eu entrei no
118 edital e fui falando para ela critério por critério, carga horária disso, carga horária daquilo. E aí
119 tinha um x carga horária. E aí não sei, 120 horas de formação, não sei o quê, atestado das
120 instituições. Então, assim, uma série de requisitos que garante que esse profissional conheça
121 minimamente o que está sendo falado. Mas também cabe ao Conselho, à Prefeitura e à Câmara
122 de Vereadores também fazer essas formações continuadas, né? E realmente, uma das questões
123 que eu acho que ainda os conselheiros pecam bastante é a aproximação da rede, né? Outro
124 assunto. Eu recebi uma denúncia, para a gente poder averiguar, tá? E eu acho que a gente vai
125 ter que dar uma olhada melhor, eu não vou trazer em nos pormenores, até porque nós estamos
126 em plenária, né? Então, a gente soube de que a instituição Mitra entregou as suas Casas Lares,

, três ou quatro casas lá na Restinga, e também entregou o serviço de convivência e fortalecimento de vínculo de seis a 15 anos, eu não me lembro exatamente quantas atendimentos são agora, tá? Não me lembro agora, mas uma quantidade interessante assim, quantidade alta. E, ah. E parece que dentro da Mitra Pedro Leonardi, parece em que o Padre Ceron não faz mais parte da Mitra. O padre tem outra instituição agora, essa instituição está parceirizada com a FASC para as casas lares. Então, a princípio, as casas lares estão com o padre com outra instituição, tá? Então, a gente tem que, acredito que dar uma olhada, né, na parte documental dessa instituição, para poder ver se ela tem registro com nós, se ela tem inscrição de casas lares, também poder ver como é que estão os atendimentos dessas crianças, parece que continuam nas suas mesmas casas ou não, né? Então, a gente tem que ver também esse serviço de convivência e fortalecimento de vínculo se vai continuar com a Mitra, mas não, porque a Mitra pediu para entregar. Então, acho que a gente tem que fazer uma visita para poder dar uma olhada melhor nesses atendimentos. E aí eu queria ver se a gente faz ou a Comissão de Registros ou uma comissão mista. Eu acredito que a gente vai ter que fazer uma visita nas duas instituições, tanto na Mitra, para a gente poder entender, não falo pormenores, tá? Mas para a gente poder entender: "Eu vou ficar responsável por esse serviço, por essa casa ou não?" E a outra instituição dizer: "Eu vou ficar responsável por esse serviço e esses, e esses atendimentos". Sabe? Mais ou menos é essa linha assim. Não chegou de forma oficial, chegou por um telefonema, eu entrei em contato com o presidente da FASC, que entrei em contato com algumas pessoas para a gente poder entender o que estava acontecendo. Tipo assim, a gente está preocupado com o atendimento, né? Mas faz parte da gente também saber o que está acontecendo lá, mas é isso, é uma região super vulnerável, uma região enorme e é uma região que um serviço de convivência faz muita falta. O encaminhamento seria fazer uma visita com a FASC e o CMAS. O que acham? **Frei Luciano Elias Bruxel, Instituto Cultural São Francisco de Assis – CPCA:** É, convidar, porque não temos mais elementos. Para fazer escuta das partes, que para opinar sem ter mais elementos é ruim. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente do CMDCA:** Tá, então primeira coisa acho que a gente tem que ver a parte documental aqui, aí, chamar a FASC, que pode entrar como a Conselheira Letícia, né? E o CMAS, para visita, tem que mandar um ofício. Eu também não sei se isso chegou no CMAS. Então, vamos fazer esse ofício. Podemos ir para as comissões? Registro, tem alguma coisa? Não, né? Tá, Finanças?

- COMISSÃO DE FINANÇAS:

Ivana Frois, Comunidade Evangélica de Porto Alegre – CEPA: Tenho um. É o Processo 23.0.000003926-8. **OSC POBRES SERVOS DA DIVINA PROVIDÊNCIA SÃO JOÃO CALÁBRIA.** O projeto é Adote um Futuro 3. Rrelatório: A OSC apresentou o ofício 138/2024 do dia 30 de agosto de 2024, onde solicita a retificação de percentual de retenção. O projeto foi apresentado em 10 de janeiro de 2023, documento 621958730, onde a OSC informou a retenção de 10%. Foi aprovado em plenário através da resolução 060/2023, documento 23444039, a retenção de 10%. Certificado 2023/010, documento 23452142, vencimento em 30/06/25. Ah, e o projeto aprovado no valor de R\$ 6.334.030,00. Realmente seria 5% a retenção. Cabendo também à secretaria alterar no site a retenção. Dá para entender?

Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente: Não. **Ivana Frois, Comunidade Evangélica de Porto Alegre – CEPA:** A Pobres Servos da Divina Providência, em 2023, ela apresentou o projeto.

Lisete Aparecida da Silva Felipe, Associação de Apoio ao Fórum Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente: Qual é o serviço? Serviço de acolhimento institucional não tem retenção, né? **Priscila Balestrin, Parceiros Voluntários:** A questão é que assim, foi eles encaminharam um projeto e eles colocaram 10%, e acabou passando aqui como 10%. E aí agora, na hora que eles foram solicitar o recurso, foi feita uma revisão e visto que, na verdade, pela nossa resolução, o certo seria 5%. Então, eles pediram para a gente revisar, e aí, de acordo com a análise da comissão, a gente vai só ajustar na carta de captação, que realmente são 5% em vez de 10, como havia passado. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente:** Eu acho que correto é a gente fazer uma resolução cancelando a resolução da carta de captação. **Ivana Frois, Comunidade Evangélica de Porto Alegre – CEPA:** A gente achou que podia cancelar a 060, que vai mudar até o valor de captação. É cancelar a resolução 060/2023 e encaminhar uma nova resolução com o valor correto e com a retenção correta. E aí faz a carta com o valor correto. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente do CMDCA:** Tá, OK. Obrigada. Podemos fazer uma votação então em bloco dessas, dessas tomadas, pode ser? Tá? Porque vai ser vários passos, para a gente não precisar votar um por um, tá? Então quem é favorável ao parecer, por favor, levante a mão. OK, **APROVADO POR UNANIMIDADE.** Algum outro? Não? Políticas.

191 **- COMISSÃO DE POLÍTICAS:**

192 **Rosana Fernandes Nunes, Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Porto**
193 **Alegre, APAE/Porto Alegre:** A gente tem um parecer da **SOME - SOCIEDADE**
194 **MERIDIONAL DE EDUCAÇÃO.** O número do SEI é 24.0.000101036-7. O título do
195 projeto é "Vozes para o futuro: participação e inclusão socioambiental". Entregaram a
196 documentação exigida, conforme a Resolução 150. E o objetivo do projeto é promover a
197 escuta das vozes e a participação de crianças, adolescentes e jovens, visando a conscientização
198 comunitária sobre os direitos socioambientais. O número de público atingido é 600
199 beneficiários, sendo 200 crianças de 6 a 11 anos, 200 adolescentes de 12 a 16 anos e 200
200 jovens de 17 a 19. A metodologia, utilizando a metodologia de grupos focais, serão realizados
201 60 encontros participativos com crianças, adolescentes e jovens nos centros sociais ou em
202 escolas em quatro territórios de Porto Alegre, com uma equipe de coordenador, coordenador
203 pedagógico, social e analista administrativo-social. Os conteúdos trabalhados serão o foco em
204 preocupações e percepções acerca de direitos humanos e socioambientais, as mudanças
205 climáticas e a importância do cuidado com o meio ambiente. Após, será gerado e
206 disponibilizado para a sociedade em geral uma campanha pública, que será utilizada em escolas
207 e espaços coletivos com alerta às mudanças climáticas e cuidados com o meio ambiente. O
208 projeto pede verba para a contratação da equipe, material pedagógico, alimentação e
209 transporte. E o nosso parecer é favorável, e a gente encaminha então pra finanças. **Carolina**
210 **Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc**
211 **(Topogigio) – Presidente:** Tá, só para conhecimento. Então, tá. É isso. A parte para gente
212 encerrar. Só duas coisas... Não precisa gravar, já encerramos por aqui.

213 Nada mais havendo a ser tratado, foi encerrada a reunião da Plenária do Conselho Municipal dos
214 Direitos da Criança e do Adolescente, às 15h30min, da qual foi lavrada a presente ata por mim, Patrícia
215 Costa, sob o Registro nº 225257/2003 – FEPLAM, prevalecendo o princípio da presunção de veracidade.